



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008705-96.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
 Requerente: **Lídia Cirino Marques**
 Requerido: **DISAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA (CONSORCIO DOS CONCESSIONÁRIOS VOLKSWAGEN)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter firmado proposta de participação em grupo de consórcio junto à ré, mas por dificuldades financeiras deixou de pagar da 20ª parcela em diante.

Alegou ainda que faz jus à devolução imediata do montante que despendeu, versando a hipótese a consórcio de longa duração, bem como que a multa prevista contratualmente deveria ser afastada, por abusiva.

Já a ré em contestação sustentou que como a autora deixou de efetuar os pagamentos das parcelas mensais passou a concorrer com sua cota às contemplações na condição de cota excluída.

Assim posta a divergência entre as partes, tomo como despicienda qualquer dilação probatória para a decisão da causa, o que se fará nos limites em que foi proposta (art. 128 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Preservado o respeito que tributo à zelosa Procuradora da autora, reputo venia maxima concessa que sua postulação não prospera.

Com efeito, é incontroverso que a espécie trazida à colação concerne a adesão a grupo de consórcio e em situações afins a jurisprudência era assente em reconhecer ao contratante desistente o direito de reaver os valores pagos em até trinta dias após o término do prazo previsto para o encerramento do grupo respectivo.

Tal panorama foi modificado com a entrada em vigor da Lei nº 11.795/08, tendo a mesma estabelecido regramento próprio voltado ao participante que deixa de adimplir com suas obrigações.

Nessas condições, o art. 30 do referido diploma legal determinou em que condições se daria a devolução do que foi pago àquele que desistiu do consórcio, afastando por completo a possibilidade disso suceder de forma imediata.

Tomou-se em conta naturalmente a natureza dessa transação e a repercussão que provoca a saída abrupta de um dos participantes do grupo aos demais contratantes.

Dada a clareza do texto legal, incidente a situações como a da autora, entendo que inexistente margem para interpretação que o contrarie, sob pena de inconcebível desrespeito à norma vigente.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião bem por isso de perfilhar essa mesma posição:

“CONSÓRCIO. Contrato. Bem móvel. Desistência. Pretensão de rescisão e devolução das quantias pagas antes do encerramento do grupo. Inadmissibilidade. Contrato de consórcio firmado em 15 de junho de 2009, sob vigência da Lei nº 11.795/2008. Jurisprudência. Precedente” (Apelação nº 1001969-63.2014.8.26.0286, 21ª Câmara de Direito Privado, rel. De. **MAIA DA ROCHA**, j. 14/09/2014).

“A Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp nº 1.119.300/RS, prolatado sob o regime do art. 543-C do CPC, assinalou que a restituição das parcelas pagas pelo participante desistente deve ocorrer em até 30 dias após o término do prazo previsto no contrato para o encerramento do grupo correspondente, porém, essa orientação respeita apenas aos contratos anteriores à edição da Lei nº 11.795, de 2008 (Rcl nº 16.112/BA, 2ª Seção, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJE 08.04.2014), vale dizer, ao primeiro plano de consórcio imobiliário do autor, iniciado em 2007. Para o mais recente, de 2011, aplicam-se as disposições do novo diploma, valendo isso dizer que a restituição das parcelas aos consorciados excluídos se dará por contemplação, à qual eles concorrem juntamente com os consorciados ativos (art. 22, caput, § 2º, Lei 11.795/2008), ou então, isso não ocorrendo, em até 60 (sessenta) dias do encerramento do grupo, na forma do art. 31, I, da Lei nº 11.795/2008. Sendo assim, não há campo para a devolução imediata das parcelas pagas à administradora do consórcio, que haverá de observar o regime contratual e legal de cada grupo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

à época de sua formação” (Apelação nº 1025207-87.2014.8.26.0100, 22ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MATHEUS FONTES**, j. 10/09/2015 - grifei).

“Em caso de desistência do consorciado, em contrato de consórcio celebrado após a vigência da Lei 11.795/08, a restituição das parcelas pagas deve ocorrer na oportunidade da contemplação da cota do consorciado excluído ou em até sessenta dias do encerramento do grupo, caso não seja sorteada a sua cota” (Apelação nº 0037046-04.2009.8.26.0068, 21ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ITAMAR GAINO**, j. 23.05.2012).

Essa orientação tem perfeita aplicação ao caso dos autos, até porque em conformidade com o contrato celebrado entre as partes (cláusula 54.4, fls. 30/31).

Fica claro, pois, que a autora não faz jus à pronta restituição do que pagou à ré e que a conduta desta quanto ao tema não padece de ilicitude.

De outra banda, tomo como prejudicada a discussão em torno da validade da cláusula que estipulou a multa contratual à autora porque ainda não configurado o momento para a devolução do que ela despendeu.

Por oportuno, todavia, registro desde já que a imposição da multa dependerá da comprovação dos prejuízos causados pela desistência da autora, não se podendo simplesmente aplicar a penalidade de 15% porque então se terá por abusiva a cláusula que a contempla (cláusula 54.3 – fl. 30).

Nesse sentido:

“CONSÓRCIO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS. REDUTOR. ART. 53, § 2º, DO CDC. PROVA DO PREJUÍZO. ÔNUS DA ADMINISTRADORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE APLICÁVEL. I - A possibilidade de se descontar dos valores devidos percentual a título de reparação pelos prejuízos causados ao grupo (art. 53, § 2º, do CDC) depende da efetiva prova do prejuízo sofrido, ônus que incumbe à administradora do consórcio. II - A atualização monetária das parcelas a serem restituídas deve ser realizada com base em índice que melhor reflita a desvalorização da moeda, o que não corresponde à variação do valor do bem objeto do consórcio. Recurso não conhecido.” (REsp. nº 871.421- SC, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, j. em 11.03.2008).

“Descabe falar em prejuízos que a autora desistente possa ter causado ao seu grupo, porquanto não comprovados. A sua cota esteve disponível para transferência a um terceiro interessado, e não se justifica que ao desistente sejam restituídos os valores com o redutor de que trata a cláusula 49ª.3, uma das cláusulas abusivas do contrato.” (TJSP, Ap. nº 9112783-98.2008.8.26.0000, Rel. Des. **CERQUEIRA LEITE**, j. em 10.11.2010).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**